

## **As Transformações do Trabalho no Desenvolvimento da Sociedade Capitalista e os Impactos no Serviço Social**

**RESUMO:** O presente trabalho pretende discutir as mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na configuração das profissões especialmente no Serviço Social. Tendo em vista que os Assistentes Sociais surgem no estágio monopolista do modo de produção capitalista e são considerados uma especialização do trabalho coletivo, as mudanças na ordem erigida pelo capital têm incidência direta na coformação desta categoria profissional e na relação desta com os segmentos pauperizados da sociedade que são diretamente atingidos pelas retrações dos direitos trabalhistas e do acesso ao mercado de trabalho. Compreender a categoria trabalho e suas implicações na organização da sociedade em um período tão específico é fundamental para que compreendamos de que maneiras as profissões se apresentam na atualidade e a representação social destas.

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.  
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 17 - Sociología de las Profesiones. Los modelos profesionales en debate.

**Título: As Transformações do Trabalho no Desenvolvimento da Sociedade Capitalista e os Impactos no Serviço Social**

ELIANE SANTOS DE ASSIS

Programa de Pós Graduação em Serviço Social Faculdade de Serviço Social –  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FSS/UERJ)

Mestre em Serviço Social

## **Apresentação**

O objetivo deste estudo ainda inicial é entender quais determinações se colocam ao Serviço Social a partir da compreensão de que esta é uma profissão que emerge no surgimento das políticas públicas como forma de intervenção do Estado para manutenção da ordem vigente.

Nessa perspectiva nosso objeto de estudo seria as mudanças impostas à profissão a partir da compreensão de que o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem na questão social a base de sua atividade profissional e, portanto parte e expressão da totalidade da vida social.

Para tanto nosso estudo se inicia com um levantamento teórico das diferentes vertentes que buscam compreender o Serviço Social na atualidade. Esse movimento é fundamental tendo em vista que sem tais contribuições torna-se impossível a apreensão do movimento do real que confere concretude ao exercício profissional. Assim apresentaremos aqui parte de nossos achados no que se refere às linhas de análise da profissão, de sua representação social e de suas mudanças na atualidade do modo de produção capitalista.

## **O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**

Partimos aqui do princípio de que o trabalho ainda é atividade central da vida humana por meio da qual os homens atendem as suas necessidades. Todavia no modo de produção capitalista o trabalho é realizado sob a contradição das classes sociais, ou seja, uma classe realizará o trabalho e será explorada por outra. É importante notar que o trabalho não perde sua centralidade, mas as condições postas pelo capitalismo para atendimento das necessidades humanas conferem a essa sociedade características muito peculiares. Nas palavras de Lessa:

“(...) todo ato de trabalho, sempre voltado para atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mas se estendem por toda a história da humanidade” (Lessa, 2011:04).

O desenvolvimento capitalista está assentado num processo de crescimento das taxas de acumulação e consequente geração de pobreza que tendem irremediavelmente às crises. No decurso das décadas organizadas por este modo de produção inúmeras

medidas foram tomadas no sentido de diminuí-las ou ao menos minorar seus impactos com o objetivo precípuo de manter os níveis de acumulação em crescimento.

O fordismo foi uma das formas de organização capitalista que buscava superar a crise do período precedente. Nas palavras de Botelho (2008): “(...) entende-se por fordismo o conjunto de práticas econômicas, técnicas, gerenciais, políticas e sociais que, combinadas, formam uma estratégia específica de o capital reproduzir-se de forma ampliada”. O fordismo foi mais que uma reorganização da produção capitalista foi um modo de organização que ultrapassou os muros das fábricas, alcançou diversos níveis da sociedade, atingiu e conformou a sociabilidade dos homens naquele período.

A crise que atingiu todo o mundo na década de 70 inaugurou um novo momento no capitalismo mundial que marca o fim do predomínio do fordismo e inicia um novo estágio conhecido por *acumulação flexível* (HARVEY, 1992). Essa reestruturação representa uma tentativa do capitalismo de superar mais uma de suas inelimináveis crises e apresenta como característica medular a flexibilidade dos mercados e das relações de trabalho.

Esse novo momento vem acompanhado de mudanças, que ultrapassam os limites da produção de mercadorias, e são acrescidas de algumas determinações inovadoras na configuração da sociedade. Dentre elas ganha corpo uma onda neoconservadora defensora da racionalidade do mercado, das privatizações e que responsabiliza o controle do Estado sobre a economia pela crise. Essa nova ordem prevê ajustes na conformação da sociedade, necessários à continuidade da acumulação capitalista, os quais se apresentam ideologicamente em receituários a serem seguidos mundialmente (HARVEY, 1992), pois se torna necessário difundir esse novo modo de gerir o mundo caracterizado pela polivalência, flexibilidade e por estruturas em redes descentralizadas (BRAGA, 2009), decisivos para redução de pessoal e intensificação do tempo de trabalho.

Além destes danosos rebatimentos para o mundo do trabalho, esta nova fase traz ainda perdas significativas para o conjunto da classe trabalhadora uma vez que contribui para a uma cisão no meio desta que foi assim definida por CASTELS *apud* BRAGA: “uma ‘nova fratura social’ polarizada por trabalhadores qualificados incluídos e trabalhadores desqualificados excluídos pela rede”. Essa “fratura social” contribui para

uma maior exploração dos trabalhadores e consequentemente aumento da subsunção do trabalho ao capital.

Essas determinações atingem medularmente as políticas sociais, impugnando-lhes o caráter universalista e reduzindo-as a atendimentos pontuais de necessidades extremas. Assim o Estado que, no período fordista em especial, era tido como o garantidor do direito, torna-se a partir de então o responsável por impedir apenas que os níveis de insatisfação e miserabilidade cheguem a extremos, que possam comprometer a acumulação capitalista.

### **O Processo de Produção e Reprodução das Relações Sociais na Atualidade e Suas Implicações para o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais**

A satanização do Estado e o endeusamento do mercado, características da retórica neoliberal, conferem características peculiares à questão social<sup>1</sup> e em especial às suas formas de enfrentamento tornando as políticas públicas focalizadas, pontuais, fragmentadas e que não acenam com a perspectiva de emancipação dos sujeitos e de fortalecimento de sua condição de cidadão. Possibilitando cada vez mais a classe dominante tomar conta do Estado e fazer dele seu instrumento econômico privado por excelência (Iamamoto, 2008). Os efeitos desta dinâmica se manifestam no aprofundamento das desigualdades sociais, ampliação do desemprego, desorganização e destruição dos serviços sociais públicos com efeitos nefastos para a classe trabalhadora.

Nesse quadro as manifestações da questão social tornam-se mais latentes e adquirem novas características, contudo, mantém suas raízes na apropriação privada monopolizada por um pequeno segmento da sociedade da riqueza socialmente produzida.

Sendo a questão social o terreno sobre o qual se realiza o trabalho do Assistente Social as modificações em curso na atualidade impõem a estes profissionais ainda

---

<sup>1</sup> Neste trabalho tomaremos a definição de questão social utilizada pelo professor José Paulo Netto que resgata parte da definição da professora Iamamoto e Gisálio Cerqueira para os quais questão social seria: “(...) o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (Cerqueira, Filho 1982:21). Ou nas palavras de um profissional de Serviço Social: ‘a questão social não é senão as expressões do processo de desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e a burguesia [...]’ (Iamamoto, in Iamamoto e Carvalho, 1983: 77)”

maiores desafios. Já que a realidade na qual se movem os sujeitos, alvo de sua intervenção, está cada vez mais obscurecida pelo discurso neoliberal de supervalorização do privado e pelo sucateamento dos serviços sociais públicos culminando em um processo de re-filantropização<sup>2</sup> da questão social.

Visto que os Assistentes Sociais serão chamados a intervir junto a uma população alijada de seus direitos e na atualidade caracterizada como classes perigosas<sup>3</sup>. O enfrentamento das manifestações da questão social é a todo o momento tensionados pelos interesses da classe dominante manifestos nas políticas implementadas pelo Estado – principal empregador dos Assistentes Sociais. Ao contrário a tônica liberal que orienta tais políticas abre espaço para práticas tuteladoras e apaziguadoras que, na melhor das hipóteses, conseguem atingir os anseios imediatos de uma população que nos chega com carecimentos imediatos que necessitam de respostas. Todavia tais demandas imediatas escondem por vezes necessidades que estão imiscuídas na rebeldia destes sujeitos e que cabe aos Assistentes Sociais identificá-las a fim de potencializá-las.

Este processo tem repercussão direta no mercado de trabalho dos Assistentes Sociais, efetivamente tais mudanças impõem ao conjunto dos trabalhadores características nocivas e os Assistentes Sociais não passam ao largo de tais dificuldades. Alguns elementos incidiram com maior impacto na venda da força de trabalho dos Assistentes Sociais e tem consequências diretas no trabalho profissional. Destaca-se a *re-filantropização do social* que infirma a consolidação e ampliação dos direitos por meio de concessões feitas pelo grande capital com o aval do Estado. A privatização dos serviços sociais públicos – maior área de atuação dos Assistentes Sociais. O mercado de trabalho dos Assistentes Sociais (tal como de outras categorias) ainda foi bombardeado pela desregulamentação das leis trabalhistas, polivalência, a terceirização, a ampliação

---

<sup>2</sup> Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda. É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal. Estas instituições, ao tomar para si tais funções “deixadas” pelo Estado, mesmo sem querer, entram no esquema de “desestatização” (ou privatização) das áreas “econômicas” e de re-mercantilização e re-filantropização da “questão social” (Montaño, C.E.).

<sup>3</sup> Iamamoto (2008) faz referência às noções de pobreza representadas por estereótipos em outros tempos: Na década de 50 o personagem Jeca Tatu era a representação do preguiçoso, sem ambição; nos anos 60 a figura do malandro representava a pobreza por meio da negação do trabalho e, portanto torna-se objeto do desprezo por parte da sociedade. Na atualidade a imagem da pobreza é associada ao transgressor, o que rouba e não trabalha. (Nascimento *apud* Iamamoto).

de contratos temporários entre outras características impostas pela lógica do capital aos trabalhadores.

Não queremos aqui sugerir que tais perdas ocorridas no mundo do trabalho não tenham atingido de maneira dolorosa ao conjunto dos trabalhadores, nem sequer que tenha sido mais difícil para os Assistentes Sociais, contudo estes profissionais têm sua atuação atrelada ao enfrentamento das sequelas da questão social, à garantia e ampliação dos direitos e o enfraquecimento de suas relações de trabalho o fragiliza nesse embate, não lhe conferindo a segurança necessária para a defesa de projetos e propostas que ampliem o poder da classe trabalhadora.

Nessa dinâmica o desafio do trabalho do Assistente Social é ainda maior, pois se torna imprescindível que tal profissional detenha a capacidade para realizar análise dos processos sociais dos quais sua atuação é parte e expressão. Em um contexto de precarização não só de suas relações de trabalho como também de sua formação, pois esse processo é marcado por uma profunda subordinação da educação superior aos ditames do capital, que se materializa no alijramento e sucateamento da formação profissional, conferindo ainda maior fragilidade ao exercício profissional.

### **Referências Bibliográficas**

- BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à acumulação flexível**. São Paulo: Annablume, 2008.
- BRAGA, Ruy. **A Vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo**. In ANTUNES, R e BRAGA, R. Infoproletários. São Paulo: Boitempo, 2009.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. SP: Loyola, 1992
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008
- LESSA, S. **O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. Disponível em <http://www.sergiolessa.com>. Acesso em Agosto de 2011.
- \_\_\_\_\_. Serviço Social e trabalho: Porque Serviço Social não é trabalho. Maceió: UFAL, 2007.
- MARX, K. **Processo de Trabalho e processo de valorização**. In ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MONTAÑO, C. E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100009).
- MOTA, A. E. e AMARAL, A. **Reestruturação do capital fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In MOTA, A. E. (org.). A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo: Cortez, 1998
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social** Cortez: São Paulo 2005.